



Câmara Municipal de Caraguatatuba
Estância Balneária
Estado de São Paulo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3 DE 20/02/2024

(Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Caraguatatubense ao Exma. Sra. Marcia Paiva de Medeiros).

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA APROVA:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadã Caraguatatubense à Ilustríssima Senhora **MARCIA PAIVA DE MEDEIROS** pelos relevantes serviços prestados ao Município.

Art. 2º. A honraria constante deste Decreto Legislativo será outorgada em data a ser previamente designada pelo homenageado, com antecedência de 30 (trinta) dias, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º. As despesas decorrentes da confecção e entrega do presente título correrão por verba própria do orçamento do Legislativo.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala “Benedito Zacarias Arouca”, 19 de fevereiro de 2024.

ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR
Vereador - PSDB



JUSTIFICATIVA:

Filha do Senhor Alcides e da Profa. Vera Medeiros, Dra. Márcia nasceu em 20/03/1971 na cidade de Santos –SP, veio para Caraguá ainda criança, com 11 anos, pois seu pai havia sido transferido para gerenciar a unidade da Coca-Cola na cidade. Desde muito pequena, assumiu responsabilidades de gente grande. Com apenas 10 anos, muita ternura e dedicação, auxiliava Dona Vera nos trabalhos de casa, cuidando de seus irmãos 04 irmãos mais novos enquanto seus pais trabalhavam fora. Foram tempos felizes e desafiadores, que ajudaram a moldar sua personalidade, gravando em seu coração uma forte característica, qual seja, a de estar sempre atenta as necessidades de todos que lhe cercam. Marcia iniciou cedo no mercado de trabalho, tendo seu primeiro emprego logo aos 14 anos como auxiliar administrativa em uma Farmácia no ano de 1987. Foi outra experiência enriquecedora e que lhe trouxe ainda mais responsabilidades, pois concomitante ao trabalho, era hora de dedicar-se a um audacioso projeto de vida: Ser a primeira de sua família a forma-se em um curso superior. Assim, aos 18 anos foi aprovada no vestibular para cursar direito na UNIVAP – São José dos Campos. Esta conquista foi muito celebrada, mas o melhor ainda estaria por vir. Foram 5 anos de muitos estudos e ainda mais esforço. Todos os dias deslocava-se através do transporte estudantil de Caragua à São Jose dos Campos, retornando diariamente a casa apenas por volta da meia noite. Sobre o transporte aliás, vale a ressalva que Dra. Marcia defendeu enquanto representante dos alunos, entre os anos de 1991 e 1992, o direito de custeio público em 50% (cinquenta por cento) na forma de passe estudantil, conquista esta que se mantém até os dias atuais. Não foram dias fáceis. Auxiliar em casa, trabalhar, estudar em outra cidade foram desafios superados com muita fé em deus, apoio da família e dedicação extrema. Mas em 1993, formou-se como uma das primeiras da turma, conquistando a carteira da OAB com louvor, logo após seu primeiro exame, em 1994. Casou-se em 1995 com o Prof. Francisco Pinto (Chico Pinto), com quem teve duas lindas filhas, Fernanda e Mariana.

Ainda no âmbito familiar, destaca-se que seu coração ainda guardava espaço para mais um filho, materializando-se com a adoção socioafetiva do adolescente Felipe de Jesus, fruto de uma relação estreita iniciada nos anos de 2000 a 2002 quando foi diretora da “casa da criança”, projeto que marcou para sempre sua vocação pelo social. Em sua jornada profissional, Dra. Marcia destacou-se na ostensiva atuação frente aos assistidos pela ordem dos advogados do Brasil em anos que não existia defensoria pública, obtendo amplo reconhecimento em 1997 pelos serviços prestados a pessoas em situação vulnerável. Foi professora de Direito Comercial no Instituto Educacional Dinâmico, no curso de Técnico em Contabilidade entre os anos de 1994 a 1996, exercendo ainda cargo de professora ACT (substituta) junto ao Governo do Estado de São Paulo na EMEI/EMEF Prof. João Baptista Gardelin. Após anos de estudos e dedicação à docência, dra. Marcia ingressou aos quadros do funcionalismo público, sendo aprovada no concurso realizado em 2003, tomando em 16 de dezembro daquele ano. Fruto de suas experiências de vida, como procuradora municipal, nunca se contentou a



exercer “apenas” as atribuições de seu cargo, tendo nos últimos 20 anos contribuído com o desenvolvimento desta cidade em diversos setores, muito além dos limites do cargo que apaixonadamente ocupa. Aos após seu ingresso no funcionalismo público e pensando em aprimorar-se na defesa dos interesses deste município, concluiu sua pós graduação *latu sensu* em Direito do Estado (Constitucional, Tributário e Administrativo) e outra pós graduação *latu sensu* em Direito Processual Civil. Católica, foi membro das equipes de Nossa Senhora por 14 anos, assessora jurídica voluntária da Cúria da Diocese de Caraguatatuba entre os anos de 2009/2010, membro voluntário do Conselho Econômico da Paróquia Divino Espírito Santo e responsável pela Festa do Divino e de Nossa Senhora em 2009/2010. Na primeira década dos anos 2000 atuou firmemente junto ao setor de licitação, conselhos municipais, em especial da Assistência Social, Saúde e Educação. Na área de licitação, destaca-se sua atuação com Presidente da Comissão Internacional de licitação para implantação do Ceprolin, hoje Instituto Federal, como também membro da Comissão para seleção da PPP da Iluminação Pública no Município. Junto à Administração foi responsável jurídica pela reformulação o Estatuto do Servidor, da Estrutura Administrativa de 1997 e 2002, bem como do Plano de Cargos Salários dos servidores públicos municipais em 2002, tendo auxiliado na criação e implantação do Instituto de Previdência – Caraguaprev (1999). Junto à Educação, destaca sua atuação como responsável pela parte jurídica na implantação do Plano de Cargos e Salário do Magistério em 1998 e alterações posteriores, bem como o aprovado em 2002 e, posteriormente, em 2015. Como membro do Conselho Municipal de Educação, foi responsável pela assessoria jurídica na elaboração e aprovação da Indicação nº 01/2001, do Conselho Municipal de Educação, que disciplina autorização de funcionamento de unidade escolar de educação infantil. Assessorou diretamente a Secretaria de Saúde na implantação da gestão plena do SUS desde, com atuação efetiva a partir de 2000, destacando a atuação junto à equipe responsável pela Requisição Administrativa do Hospital Local em 2014, bem como nas tratativas para devolução da unidade à Irmandade, além de auxiliar na elaboração da Lei nº 1.298/06, que dispõe sobre a promoção de saúde pública e saúde animal, bem como preservação do meio ambiente, mediante o controle de populações animais no município e, como membro do COMUS, atuou na reformulação do conselho com aprovação da Lei 1018/2003. Junto à Secretaria de Urbanismo e Secretaria de Planejamento, foi nomeada em 2004 como membro do Grupo de Estudos do Plano Diretor do Município, atuando desde então, sendo responsável pelos trabalhos do Grupo para aprovação do Plano a partir de 2010, bem como após para a sua implantação (2011/2012). Também atuou na reformulação das peças orçamentárias para atender a Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, orientando e capacitando os servidores das diversas secretarias. Junto à Assistência Social, destaca-se seu trabalho no auxílio jurídico para implantação do SUAS e, como membro do COMAS desde 1997, atuou na reformulação do conselho com aprovação da Lei 1275/2006, bem como na capacitação de servidores e entidades para celebração das parcerias para repasses de recursos. Foi Secretária de Assistência Social em 2010/2011,



tendo sido responsável, juntamente com sua equipe, pelo desenvolvimento do projeto “Diversão é Nossa Praia”, projeto desenvolvido para atender crianças e adolescentes dos projetos sociais em que os pais trabalhavam enquanto seus filhos eram atendidos diariamente no projeto, inclusive finais de semana, com atividades lúdicas e esportivas no período de férias escolares de verão, além da implantação de uma segunda unidade de acolhida de adolescentes em vulnerabilidade e inauguração de um Cras no Bairro Olaria. Defensora ferrenha dos direitos das crianças e dos adolescentes, sempre atuou como membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, auxiliando na reformulação do Conselho Tutelar, na criação do Conselho Tutela Sul, na realização do Primeiro Fórum para Adolescentes, bem como na implantação do programa para direcionamento dos recursos do Imposto de Renda ao Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente, além de Presidente da Comissão Eleitoral responsável pela primeira eleição unificada para o Conselho Tutelar. Junto à Secretaria de Meio Ambiente, auxiliou na reformulação do Plano Municipal de Saneamento. Na Cultura e Turismo, auxiliou na reformulação e padronização da FEMAAC. Desde o início de sua carreira pública atua junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, passando a Procuradora Padrão responsável pelas defesas junto à Corte de Contas desde 2015. Em 2023 foi convidada pela DRADS a dar capacitação sobre Marco Regulatório do Terceiro Setor aos novos gestores do SUAS dos Municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba. Dra. Marcia recebe, portanto, este título, como forma de reconhecimento e gratidão pelos seus mais de 40 anos de efetiva vivência comunitária, dedicação e participação nas lutas coletivas desta cidade, fazendo jus neste momento, intitular-se como verdadeira cidadã caraguatatubense.

Sala “Benedito Zacarias Arouca”, 19 de fevereiro de 2024.

ANTÔNIO CARLOS DA SILVA JUNIOR
Vereador - PSDB

